



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO 04
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO EM 08.03.2016, ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, OBJETIVANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ, VISANDO A PRESTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-JURÍDICO. (PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 8516163-24.2017.8.06.0000).

AD1/TCT N.º 03/2016

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente **TJCE**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **FRANCISCO GLADYSON PONTES**, e pela Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Desembargadora **Tereze Neumann Duarte Chaves** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, através da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, CNPJ nº 06.928.790/1000-56, situada na Rua Assunção, nº 1100, Bairro José Bonifácio, em Fortaleza-Ceará, neste ato representada pelo Exmo. Procurador Geral da Justiça, DR. **PLÁCIDO BARROSO RIOS**, doravante denominada **PGJ**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 08/03/2017, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na solicitação da Desembargadora Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, constante no processo nº 8516163-24.2017.8.06.000;
- b) nas disposições contidas no art. 57, II, c/c art. 116, da Lei nº 8.666/93, com as suas atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 24/11/2017, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Prazo

AD1/TCT N.º 03/2016



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO04
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fica prorrogado por 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 08.03.2018, o prazo do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem por objetivo, em atenção à Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a mútua cooperação entre os partícipes para o funcionamento dos **Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, que já estejam em funcionamento na Capital e no interior e também em relação àqueles que vierem a ser instalados pelo Poder Judiciário no Estado do Ceará, doravante denominados **CENTROS**, com vistas a promover a solução pacífica das demandas por meio da conciliação e mediação de conflitos.


Parágrafo Único - As cláusulas e condições acordadas aplicam-se as extensões dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, em entidades parceiras.

Cláusula Terceira – Da Alteração

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.


Fortaleza, 14 de DEZEMBRO de 2017.


DESEMBARGADOR FRANCISCO GLÁDYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ


DESEMBARGADORA TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES
COORDENADORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS


DR. PLÁCIDO BARROSO RIOS
PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Testemunhas: _____


Marciana Isabelly Martins Pereira
Técnica Ministerial
168375/1-2

Assessoria de Planejamento e Coordenação
Procuradoria Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Ceará